

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

IURY FANFA

**O MST NAS PÁGINAS DO JORNAL SUL BRASIL:
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA IMPRENSA CHAPECOENSE (2002-2003)**

**CHAPECÓ
2021**

IURY FANFA

**O MST NAS PÁGINAS DO JORNAL SUL BRASIL:
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA IMPRENSA CHAPECOENSE (2002-2003)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Graduação em Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Luiz Miranda

CHAPECÓ

2021

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Fanfa, Iury
O MST nas páginas do Jornal Sul Brasil:
Representações sociais na imprensa chapecoense
(2002-2003) / Iury Fanfa. -- 2021.
50 f.:il.

Orientador: Doutor Antonio Luiz Miranda

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em História, Chapecó, SC, 2021.

1. Imprensa. 2. MST. 3. Representação. I. Miranda,
Antonio Luiz, orient. II. Universidade Federal da
Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).


IURY FANFA

**O MST NAS PÁGINAS DO JORNAL SUL BRASIL:
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA IMPRENSA CHAPECOENSE (2002-2003)**

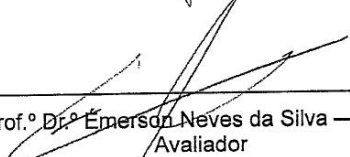
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Graduação em Licenciatura em História.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 22/10/2021.


BANCA EXAMINADORA



Prof.º Dr.º Antonio Luiz Miranda — UFFS
Orientador



Prof.º Dr.º Emerson Neves da Silva — UFFS
Avaliador



Prof.º Dr.º Vicente Neves da Silva Ribeiro — UFFS
Avaliador

Dedico este trabalho a todas as pessoas
que lutam por uma sociedade
mais justa e igualitária.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Maria Neve Minetto, por todo apoio e confiança depositados em mim, e também pelos momentos de proza.

A meu pai, Antonio Sergio Nardes Fanfa, que apoiou meus estudos e me alertou sobre quais deviam ser minhas prioridades em determinados momentos. Seus conselhos foram fundamentais para que eu não perdesse o foco de me formar.

A meu irmão, Marlon Fanfa, por ter me influenciado a escolher o curso de Licenciatura em História, por meio de nossas conversas sobre a Universidade e sobre o curso.

À minha felina, Janis Joplin, que me proporcionou bons momentos de descontração e companhia durante a elaboração desta pesquisa.

Aos meus amigos, em especial ao Caio, Leonardo e Mateus que compreenderam minhas ausências durante a elaboração deste trabalho.

A todos e todas docentes do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Chapecó, que de alguma forma contribuíram para minha formação. Em especial, agradeço ao meu orientador, professor doutor Antonio Luiz Miranda, pelas orientações e pela paciência.

Aos membros da banca de qualificação, professor doutor Ricardo Machado e também ao professor doutor Émerson Neves da Silva por todas as observações, elogios e críticas realizadas na ocasião. Ao professor doutor Vicente Neves da Silva Ribeiro, pelas dicas bibliográficas e pela atenção. Todos foram fundamentais para o aprimoramento do presente trabalho.

“A imprensa é tão poderosa no seu papel de construção de imagem que pode fazer um criminoso parecer que ele é a vítima e fazer a vítima parecer que ela é o criminoso. Esta é a imprensa, uma imprensa irresponsável. Se você não for cuidadoso, os jornais farão você odiar as pessoas que estão sendo oprimidas e amar as pessoas que estão oprimindo.” (Malcolm X).

RESUMO

O presente trabalho busca analisar as representações sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra publicadas em notícias e colunas no Jornal Sul Brasil nos anos de 2002 e 2003. Com sede no município de Chapecó, mas com circulação em praticamente toda a mesorregião oeste de Santa Catarina, o jornal abordou temas relativos ao movimento de forma recorrente. Entre os anos de 2002 e 2003, houve 81 publicações que citaram o MST, das quais 50 remeteram as ações do Movimento à ilegalidade, para isso, empregando termos como “invasão, baderna, crime”. Utilizando o conceito de “representação” de Roger Chartier, buscamos analisar a contribuição do periódico para a formação dessa representação negativa sobre o movimento social, percebida atualmente na região oeste de Santa Catarina e também a nível nacional.

Palavras-chave: Mídia. Jornal Sul Brasil. MST. Representação.

ABSTRACT

The present work seeks to analyze the representations of the Landless Workers Movement (MST) published in news and columns in the newspaper Sul Brasil in the years 2002 and 2003. Headquartered in the municipality of Chapecó, but with circulation in practically the entire western mesoregion of Santa Catarina, the newspaper addressed themes related to the movement recurrently. Between 2002 and 2003, there were 81 publications that cited the MST, of which 50 referred the Movement's actions to illegality, using terms such as “invasion, riot, crime”. Using the concept of “representation” by Roger Chartier, we seek to analyze the journal's contribution to the formation of this negative representation about the social movement, currently perceived in the western region of Santa Catarina and also at the national level.

Keywords: Media. Newspaper Sul Brasil. MST. Representation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do assentamento DJG em relação à área urbana de Chapecó....	33
Figura 2 - Número de matérias referentes ao MST no Jornal Sul Brasil durante os anos de 2002 e 2003.....	36
Figura 3 - Página do Jornal Sul Brasil de 2002	37
Figura 4 - Capa do Jornal Sul Brasil de 2002.....	40

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	IMPrensa COMO FONTE E OBJETO DA HISTÓRIA	16
2.1	REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	20
2.1.1	MOVIMENTOS SOCIAIS	23
3	O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO DOM JOSÉ GOMES	30
3.1	O MST NAS PÁGINAS DO JORNAL SUL BRASIL	33
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	45

1 INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa buscamos analisar as representações da imprensa sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no oeste de Santa Catarina nos anos de 2002 e 2003. A fonte e o objeto dessa pesquisa é o Jornal Sul Brasil, dada a sua ampla circulação na região. Foram analisados os editoriais de 24 meses, compreendidos entre janeiro de 2002 a dezembro de 2003.

Para compreender as representações sociais criadas sobre o MST pela imprensa, utilizamos a obra “A história cultural: entre práticas e representações” (1988) de Roger Chartier, no qual o autor discorre sobre o conceito de *representação*. A respeito do papel que a imprensa teve no decorrer da história brasileira, a obra “Imprensa e História do Brasil” de Maria Helena Rolim Capelato (1988) foi imprescindível. Sobre o uso do jornal como fonte e objeto da pesquisa em História, utilizamos o capítulo intitulado “História dos, nos e por meio dos jornais”, de Tânia Regina de Luca, o qual faz parte da obra Fontes Históricas, organizado por Carla Bassanezi Pinsky (2008). Também consultamos diversos artigos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses e livros, os quais serão referenciados no decorrer do texto.

Odilon Luiz Poli em: “Aprendendo a andar com as próprias pernas: o processo de mobilização nos movimentos sociais do Oeste Catarinense” (1995), contribuiu para compreendermos os processos históricos que levaram ao surgimento dos Movimentos Sociais no Oeste de Santa Catarina. Segundo o autor, o MST surge da unificação de diversas lutas e conflitos em torno da questão da propriedade da terra, ocorridas principalmente na região sul do país, entre o final dos anos 1970 e início da década de 1980, agravadas principalmente pelos efeitos do processo de modernização da agricultura, pelo esgotamento da fronteira agrícola na região e pelo processo de reconcentração fundiária (POLI, 1995, p. 42). Poli ainda destaca a participação da Igreja Católica, que por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), estimulou e orientou os posseiros em diferentes locais, viabilizando uma organização unificada.

Por meio da análise do periódico Sul Brasil, é nítido que quem lesse o jornal nos referidos anos, criaria uma representação negativa sobre o movimento, pois

constantemente o jornal classificou as ações do MST na região como ilegais, e seus membros como vândalos e criminosos. O jornal também vinculava partidos de esquerda às ações do movimento, além de caracterizar os membros do movimento como enganados pelos mesmos partidos que os utilizam como massa de manobra.

No dia 23 de abril de 2002, na Linha Água Amarela, no município de Chapecó, iniciou-se uma reivindicação de luta pela terra por membros integrantes do MST. Mais de 200 famílias ocuparam a área de terra pretendida, como forma de pressionar o governo para a realização da Reforma Agrária das terras conhecida como Fazenda Seringa (TREVISAN, 2016, p. 37). Os desdobramentos dessa reivindicação duraram quase sete anos, dado que somente em 10 de setembro de 2008, após as famílias do MST ocuparem a sede do INCRA por 23 dias, as terras requeridas foram desapropriadas por meio de um decreto assinado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nas publicações analisadas durante esses dois anos no jornal Sul Brasil, percebeu-se que o mesmo citou o MST com mais frequência em algumas datas específicas. Esses picos de notícias ocorreram no momento em que o movimento realizou ações atípicas ao município, como ocupações e manifestações, e também em outras situações, como na morte de Dom José Gomes, pároco da Igreja Católica e adepto à Teologia da Libertação¹ em outubro de 2002; período das eleições presidenciais de 2002 e os primeiros meses de governo do Partido dos Trabalhadores em 2003.

O jornal em alguns momentos se diz favorável à reforma agrária, reconhecendo a desigualdade na distribuição de terras no país, porém, nas colunas e notícias referentes ao MST, o assunto é abordado superficialmente e com severas críticas e acusações ao movimento social.

A imprensa tem um papel fundamental nas representações sociais sobre determinados grupos ou indivíduos. A nível nacional é sabido que a mídia não tem posição favorável às ações do MST. Nájila Passos (2014) diz que a grande mídia nacional teve opiniões distintas sobre o MST ao longo do tempo:

¹ Segundo Camilo (2011) “Teologia da Libertação é um movimento sócio-eclesial que surgiu dentro da Igreja Católica na década de 1960 e que, por meio de uma análise crítica da realidade social, buscou auxiliar a população pobre e oprimida na luta por direitos” (p. 1).

[...] primeiro com a tentativa de cooptação, depois com total invisibilidade, até a campanha permanente de criminalização, que oscilou da associação com o perigo comunista, herdada da ditadura, à acusação de terrorismo, no período pós 11 de setembro. Nos últimos anos, uma nova condenação ao ostracismo, acompanhada pelo conjunto da mídia, garantiu a retirada do tema reforma agrária da pauta nacional. (PASSOS, 2014)

A escolha pelo estudo originou-se no interesse em estudar como se estabeleceu o MST na região oeste catarinense e quais suas representações na imprensa local. É intrigante a análise dos fatores que possibilitaram determinadas interpretações negativas sobre o MST que perduram até hoje, como em declarações de candidatos à presidência nas eleições de 2018² e também em ações governamentais de grupos políticos contrários ao MST que buscam criminalizar o movimento.³

Estudar o MST e o imaginário social que o circunda é importante, pois permite compreender como a mídia - dominada pelos grupos dominantes - atua para criar representações sociais. Nos jornais impressos, observa-se que os fatos relacionados ao MST são noticiados como caso de polícia, violência e desordem, e nunca como uma questão social. Procura-se entender, portanto, através do Jornal Sul Brasil, como a mídia regional criou uma representação negativa do movimento e de que forma essa ideia se perpetua até hoje no imaginário social regional.

A escolha pelo Jornal Sul Brasil se deu devido à sua ampla circulação regional no recorte temporal estabelecido para a pesquisa e pela disponibilidade de material. O periódico circulou pela primeira vez no município de Chapecó em novembro de 1993, e segundo a direção do jornal, em dezembro de 2002, quando o jornal completava seu nono ano de existência, já circulava em praticamente toda a Mesorregião do Oeste

² Jair Messias Bolsonaro, então candidato à presidência em 2018, fez declarações negativas sobre MST, tipificando os atos do movimento como ações terroristas. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/eleicoes/2018/noticia/2018/08/29/bolsonaro-diz-que-atos-do-mst-tem-de-ser-tratados-como-terrorismo.ghtml> Acesso em: 21 abr. 2021.

³ Em 2016 o Projeto de Lei do Senado 272/2016 detalha condutas criminais classificadas como terrorismo e pode levar à criminalização formal dos movimentos populares. O PLS tem como relator o senador Magno Malta (PR-ES). Assim como Lasier Martins, Malta é membro da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), conhecida sob a alcunha de “bancada ruralista”. Ele votou pela aprovação do projeto e apresentou uma emenda que enrijece um dos trechos do projeto, acrescentando à caracterização do terrorismo a “motivação política, ideológica ou social”. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/11/01/lei-que-pode-tachar-movimentos-como-terroristas-retorna-ao-debate/> Acesso em: 21 abr. 2021.

Catarinense, já que dos 118 municípios que compreendem essa unidade territorial⁴, o periódico chegava em 93 deles: “O Jornal Sul Brasil é hoje o de maior circulação do Oeste pois chega diariamente em 93 municípios do grande Oeste”⁵. O diretor executivo compara a abrangência regional do periódico com jornais de circulação interestadual:

O instituto que mais errou este ano foi o mapa, inclusive em relação a eleição do governador cujo resultado foi exatamente o oposto. Este mesmo instituto revelou uma pesquisa dizendo que um diário estadual seria o mais lido em Chapecó e errou feio, pois o Correio do Povo possui apenas quatro vezes mais exemplares dia e o Sul Brasil é o único em aproximadamente 50 municípios” (SUL BRASIL, 23 e 24/12/2002, p. 1).

Todos os exemplares consultados estão disponíveis em meios físicos no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM). Com a análise desse material, buscamos compreender a representação sobre o Movimento Social do MST nas páginas do jornal em questão.

Observa-se que no jornal Sul Brasil essa vinculação do MST com partidos de esquerda era recorrente. Além do MST, citavam também outros movimentos sociais e organizações internacionais como a Via Campesina. As publicações com teor negativo para deslegitimar as lutas do movimento também eram frequentes.

A respeito da estrutura do trabalho, ele está dividido em dois capítulos: o primeiro reflete sobre a questão dos Novos Movimentos Sociais, a representação social e a utilização do jornal como fonte e objeto de pesquisa em História. Trata-se, portanto, de um capítulo mais teórico.

O segundo apresenta uma contextualização do processo de formação e consolidação do Assentamento Dom José Gomes e da atuação do MST na região oeste de Santa Catarina. Também são analisadas diretamente as fontes, observando quais palavras eram utilizadas nas manchetes e notícias para falar sobre o movimento e na opinião dos colunistas, que representava também a linha editorial do periódico.

⁴ Segundo Begnini (2016), das seis mesorregiões que formam o Estado de Santa Catarina, a Oeste Catarinense, com 118 municípios, é a maior em tamanho e quantidade de municípios. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122016000400547 Acesso em: 01 abr. 2021.

⁵ Jornal Sul Brasil, 23 e 24/12/2002, p. 1.

2 IMPRENSA COMO FONTE E OBJETO DA HISTÓRIA

A utilização do jornal como fonte e objeto da História ocorreu a partir de 1970 com a chamada Nova História⁶, quando os periódicos passaram a ser instrumento de pesquisa para a historiografia. Essa nova abordagem alterou a concepção de documento, com a adição de diversas outras fontes. Tais mudanças resultaram na compreensão de que todo documento é fruto de uma construção - seja ela consciente ou inconsciente - da sociedade na qual é produzida, como consequência de relações de conflito entre forças que buscam a imposição de uma imagem da realidade que atenda a determinados interesses (SABADINI, 2014, p. 9).

Essa rejeição ao jornal como objeto e fonte de estudo se dava sobretudo pela noção de que o jornal continha opiniões subjetivas sobre os fatos, que iam na contramão da tradição historiográfica, que deveria valer-se de fontes “marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo” (LUCA, 2008, p. 112).

Esses novos aportes para a pesquisa histórica, proporcionados pela terceira geração dos *Annales* nas últimas décadas do século XX, propuseram novas metodologias e auxílios interdisciplinares. Com isso, os historiadores foram forçados a refletir sobre os limites da sua disciplina. Essa ampliação do campo de estudo refletiu sobretudo em novos temas de pesquisa e mudaram a própria concepção de documento e sua crítica (Ibidem, p. 112-114).

Segundo Capelato, essa mudança de postura surge de um esforço para se repensar problemas, abordagens e objetos da história (CAPELATO, 1988, p. 20). Até mesmo a ideia da História como ciência do passado foi alterada:

As concepções tradicionais são questionadas, dentre elas a que define a história como ciência do passado. O passado é, sem dúvida, o objeto do historiador, mas hoje se admite que esse objeto é construído e reconstruído tendo em vista as necessidades e perspectivas do presente. Nas leituras e releituras do passado há constantes perdas e ressurreições (Ibidem, p. 20).

⁶ Conforme Peter Burke (1992) a Nova História é a história escrita como uma reação deliberada contra o “paradigma tradicional” ou “paradigma rankeano” que via a História como algo essencialmente político, e que agora passa a ter como objeto todas as atividades humanas (BURKE, 1992, p. 10).

Ainda assim, a imprensa passou a ser utilizada nas pesquisas históricas de maneira receosa. Pesquisadores recorriam à ela somente na inexistência de outras fontes de pesquisa. Segundo Tânia de Luca “o estatuto da imprensa sofreu deslocamento fundamental ainda na década de 1970: ao lado da História da imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica” (LUCA, 2008, p. 118).

Um dos primeiros trabalhos historiográficos que utilizou a imprensa como fonte e objeto foi a obra “O Bravo Matutino” (1980) de Maria Helena Capelato em coautoria com Maria Ligia Prado, no qual as historiadoras analisaram os periódicos da Folha de São Paulo entre os anos de 1927-1937. Na pesquisa, as autoras conseguem traçar um perfil ideológico do jornal, evidenciando que o mesmo servia como representante da voz de setores da classe dominante paulista da época (Ibidem). Na obra, as autoras também fazem algumas observações sobre o uso da imprensa nas pesquisas de História:

Os estudos históricos no Brasil têm dado pouca importância à imprensa como objeto de investigação, utilizando-se dela apenas como fonte confirmadora de análises apoiadas em outros tipos de documentação [...] A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (CAPELATO, PRADO, 1980, apud LUCA, 2008, p. 118)

As autoras enfatizam que o papel da imprensa vai além da divulgação de notícias, pois é um veículo de notícias que também manipula e intervém diretamente na sociedade. Referente a presente pesquisa, que analisa um periódico com circulação regional⁷, especificamente na região oeste de Santa Catarina, podemos identificar ideias e valores que circulavam a nível nacional⁸. No início do século XXI, os grandes

⁷ Em dezembro de 2002, quando o Jornal Sul Brasil completava seu nono ano de existência, já circulava em praticamente toda a mesorregião do oeste catarinense, já que dos 118 municípios que compreendem essa unidade territorial, o periódico chegava em 93 deles.

⁸ O trabalho de Carla Silva (2005) intitulado VEJA: O indispensável partido neoliberal (1989 a 2002) analisa os interesses de classe defendidos pela Revista Veja entre 1989 a 2002. Carla destaca que em relação ao MST, o papel da revista é duplo: “além de ‘denunciar o perigo’, também difama, desmoraliza, descaracteriza não apenas o MST, mas qualquer possibilidade de organização autônoma dos

veículos da imprensa hegemônica caracterizaram o MST de forma negativa. O cuidado que eles tem em representar o MST dessa forma busca criar uma rejeição da sociedade perante o movimento.

No caso desta pesquisa, que analisa sobretudo as colunas publicadas no Jornal Sul Brasil, é válido recorrer a trabalhos da área jornalística que tratam sobre aspectos estruturais de uma coluna de jornal: “Aparentemente a coluna tem caráter informativo, registrando apenas o que está ocorrendo na sociedade. Mas, na prática, é uma seção que emite juízos de valor, com sutileza ou de modo ostensivo” (MELO, 2003, p. 142, apud SOUSA e REIS, 2015, p. 93). Esses juízos de valor, presentes nas colunas analisadas do jornal Sul Brasil, foram fundamentais para a nossa análise da representação negativa criada sobre o MST, que discorreremos mais sobre na segunda parte da pesquisa.

Krilow pontua que “As colunas, são textos que podem ser assinados ou não, tratam de temas relacionados a alguma editoria. Além disso, um elemento que vale ser destacado é que, em muitos casos, uma coluna pode acumular um grande capital de prestígio, a ponto de tornar-se uma referência do jornal” (KRILOW, 2019, p. 9). Referente ao Jornal Sul Brasil, em uma homenagem feita pela direção do Jornal a um de seus colunistas, eles escreveram:

Nos orgulhamos da parceria destes quatro anos quando o nome Jornal Sul Brasil e Perroni, em muitas situações viraram sinônimo. É a cumplicidade que fortalece as relações e o trabalho. Enquanto colunista, trouxe contribuição não só a empresa jornalística mas também a seus leitores que o tornaram uma espécie de referencial. (SUL BRASIL, 14/11/2002).

Como veremos no decorrer da pesquisa, Perroni foi o colunista responsável pelas críticas mais severas ao MST, e como afirmado pelo jornal, suas opiniões serviam como referencial para o público leitor.

A função do jornal vai além de noticiar os acontecimentos diários, na medida em que cria representações sobre determinados assuntos. A imprensa tornou-se mais uma construtora de representações do que um espelho da realidade. Conforme Capelato,

trabalhadores, pois elas constituem na prática a comprovação de que o discurso de que não há alternativas é uma farsa". (SILVA, 2005, p. 587)

A imprensa, ao invés de espelho da realidade passou a ser concebida como espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época. A produção desse documento pressupõe um ato de poder no qual estão implícitas relações a serem desvendadas. A imprensa age no presente e também no futuro, pois seus produtores engendram imagens da sociedade que serão reproduzidas em outras épocas (CAPELATO, 1988, p. 24-25).

Trabalhar com periódicos não é uma atividade simples. Maria Capelato sugere alguns caminhos para auxiliar nas pesquisas com esse tipo documental:

Acompanhar a trajetória sinuosa dos sujeitos da produção jornalística é tarefa complexa. Para compreender a participação de um jornal na história, o pesquisador faz, de início, algumas indagações: quem são seus proprietários? a quem se dirige? com que objetivos e quais os recursos utilizados na batalha pela conquista dos corações e mentes? Com esses dados preliminares é possível delinear um perfil provisório do periódico eleito como objeto/fonte de estudo. O primeiro levantamento fornece pistas para definir os caminhos a serem investigados. (Ibidem, p. 13-14).

Com esses dados iniciais torna-se possível traçar um perfil provisório para o periódico escolhido como fonte e objeto da pesquisa, além de fornecer pistas para definir os caminhos a serem pesquisados. (Ibidem, p. 14). No caso da presente pesquisa, discorreremos sobre esses aspectos no segundo capítulo do trabalho.

Como visto, até as reformulações nas concepções tradicionais da História, jornais e outros produtos relativos à imprensa eram considerados fonte suspeita para as pesquisas históricas. Mas havia também outra visão contestável sobre ela: os historiadores que a viam como um repositório da verdade, ou seja, eles não consideravam a ideia de que a imprensa poderia ser "instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social" (Ibidem, p. 21).

Para Capelato, ao trabalhar com jornais, o historiador deve tratá-lo como agente da história e captar o movimento vivo das ideias e personagens que circulam pelas suas páginas (Ibidem, p. 21).

2.1 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Para nos dar suporte teórico sobre a questão da representação social criada sobre o MST, utilizamos o conceito de *representação*, elaborado por Roger Chartier. Para o autor, *representações* são “esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (CHARTIER, 1988, p. 17). Chartier diz que as representações estão inseridas em um campo de concorrências e competições, onde grupos tentam impor seus valores e concepções sociais, se enquadrando no que o autor denomina como lutas de representações (Ibidem). Para a autora Giselle Venancio, citando Chartier, as lutas de representação têm importância equivalente às lutas econômicas, pois elas permitem compreender “os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio” (CHARTIER, 1988 apud VENANCIO, 2014, p. 296).

Ainda segundo Chartier, “As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam” (CHARTIER, 1988, p. 17). Sob essa ótica, entendemos que as posições adotadas pelo Jornal Sul Brasil referentes ao MST, como taxar os membros do movimento como desocupados e invasores, expressam valores pessoais da direção do Jornal e de seus financiadores, e que através das publicações, tentam passar aos leitores as visões de mundo que eles consideram corretas.

Segundo Venancio,

[...] Chartier propõe a noção de representação como a mais apta a articular as divisões objetivas do mundo social com as estruturas de percepção, de classificação e de julgamento dos indivíduos ou dos grupos. Representação, seria, assim, definida em sua dupla acepção, isto é, “[...] uma que pensa a construção das identidades sociais como resultado sempre de uma relação de força entre as representações impostas por aqueles que tem o poder de classificar e nomear e a definição, submetida e resistente que cada comunidade produz de si mesma; a outra que considera o recorte objetivado como a tradução do crédito concedido à representação que cada grupo faz de si mesmo, portanto à sua capacidade de fazer com que se reconheça sua existência a partir de uma exibição de unidade (VENANCIO, 2014, p. 295).

A linha teórica que seguimos para o desenvolvimento de nossa análise, trata-se da História por meio da Imprensa. Conforme Tânia de Luca,

O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. Entretanto, ter sido publicado implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação: é muito diverso o peso do que figura na capa de uma revista semanal ou na principal manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas internas. (LUCA, 2008, p. 140)

Ao trabalhar com a imprensa escrita, devemos, portanto, ter consciência de que até a ordem das notícias representam o interesse da linha editorial de quem comanda o jornal, e que em suas notícias, não necessariamente de modo explícito, estarão defendidas determinadas ideias e valores dos(as) proprietários(as) do jornal, ainda que muitos enfatizem a todo momento sua imparcialidade, é perceptível a dificuldade, e até mesmo a inviabilidade disso, na medida em que possuem pouca autonomia⁹. Conforme Sabadini (2014), falar em imprensa neutra é inviável, na medida em que a mesma representa interesses particulares e defendem seus interesses:

A imprensa não pode ser considerada neutra, isto é, apenas responsável por reunir as informações cotidianas e repassá-las aos ouvintes, telespectadores e leitores. Contudo, sendo um mecanismo de intervenção em variados âmbitos da vida, diretamente relacionada ao contexto temporal em que se insere e nas esferas em que se faz presente - econômica, cultural, política, entre outras -, é notável seu interesse em defender determinadas posições. Com forte atuação nos processos sociais e políticos, a imprensa de cada época busca construir a consciência coletiva de acordo com seus interesses e valores, assinalando uma orientação ao público e ao seu comportamento (SABADINI, 2014, p. 10).

Segundo Elmir (2012) há duas maneiras de ler o jornal para fins de pesquisa:

⁹ Segundo Luis Martins (2018), citando Bourdieu, “o jornalismo é um dos campos de produção de bens simbólicos com o menor grau de autonomia, na medida em que depende da ação dos “poderes públicos” (legislação, financiamento), da interferência dos “poderes econômicos” (notadamente anunciantes e financiadores e/ou acionistas) e, por fim, mas não por último, da pressão do público leitor, tanto ou mais influente na composição da mensagem final do que os demais “poderes” (BOURDIEU, 1987, apud MARTINS, 2018, p. 65).

Uma delas, aparentemente mais simples, consiste em tomá-lo (1) como fonte de informação. A segunda delas, aparentemente mais complexa, faz dele (2) objeto intelectual da pesquisa. Evidentemente, nenhuma das duas exige o pesquisador de realizar a indispensável crítica do documento. O que pode ocorrer, entretanto, é que, ao extrair do jornal “informações” sobre um tema por ele abordado, seja negligenciada a devida crítica interna. Atribui-se equivocadamente à informação valor neutro, desconsiderando-se as suas condições de produção e a carga subjetiva mantida por toda e qualquer fonte (ELMIR, 2012, p. 78).

Na medida em que o jornal assume posições, ele se torna uma arma de poder controlada pelos poderosos. Para Capelato (CAPELATO, 1988, p. 18) e Sabadini (SABADINI, 2014, p. 12) o jornal propaga e divulga os ideais da classe dominante, na medida em que seus discursos sobrepõem a voz do povo. Conforme Sabadini:

Neste contexto, as empresas que formam a grande imprensa partem em defesa dos grupos econômicos de maior poder, isto é, possíveis anunciantes, garantindo a circulação com um custo acessível aos leitores e que, ainda assim, permita a obtenção de equipamentos gráficos mais modernos para os periódicos. Ao se associar a esses grupos econômicos de maior poder, o órgão obtém as fontes necessárias para sua sobrevivência. Na mesma proporção, defende seus interesses – ainda que de forma inconsciente – utilizando-se de uma aparente neutralidade política (SABADINI, 2014, p. 13).

O marxismo também alterou o status da imprensa como fonte histórica, pois ao “situá-la no universo da superestrutura, concebia os jornais como um reflexo da infraestrutura econômico-social e, desta forma, um instrumento ideológico para a instituição/manutenção do sistema capitalista” (MARTINS, 2018, p. 59). Nas páginas do Jornal Sul Brasil fica explícito em vários momentos seu apreço pelo sistema capitalista. Comentários negativos a respeito de outros sistemas econômicos como o Socialismo e Comunismo apareciam no periódico de forma recorrente.

Ao trabalhar com a imprensa temos que estar cientes de que ela cumpre funções que vão além de informar. Ela também cria opiniões e representa um instrumento de manipulação e intervenção no modo como as pessoas percebem a sociedade ao seu redor (KRENISKI, AGUIAR, 2011, p. 5 e MACEDO, 2010, p. 9)

De modo geral, a influência que a imprensa exerce sobre a sociedade é a de pautar os assuntos do momento e também de formar opiniões sobre determinados fatos. Segundo Kreniski e Aguiar:

É particularmente evidente que o que nós sabemos sobre números e assuntos de interesse público, depende enormemente do que dizem os veículos de comunicação. Somos sempre influenciados pelo jornalismo e incapazes de evitar esse fenômeno. Pouco podemos ver por nós mesmos. [...] Dessa forma, seria um erro desprezar a imprensa escrita como fonte documental para a historiografia. Uma vez que para alguns autores chegam a chamá-la de quarto poder nos Estados. Já que dentro do nosso país ela não apenas foi transmissora na informação dos atos, mas ela foi além, proporcionou a discussão sobre os fatos e o posicionamento de opiniões. (KRENISKI, AGUIAR, 2011, p. 4-5)

Uma potencialidade da utilização do jornal como fonte é recuperar as representações sobre determinados aspectos construídos por meio dos textos neles publicados. Destacamos que no periódico Sul Brasil, as representações criadas sobre o MST foram elaboradas nas colunas do jornal de forma mais intensa no ano de 2002 pelo advogado e escritor Luiz Perroni Pereira. Após sua saída, em outubro do referido ano, os colunistas que o sucederam também tiveram uma abordagem sobre o MST negativa, que era de relacionar o movimento social à criminalidade, à ilegalidade e à baderna, e não como uma causa social. As manchetes também eram elaboradas para chamar a atenção do leitor, geralmente em caixa alta e com palavras de impacto.¹⁰

2.1.1 MOVIMENTOS SOCIAIS

Como a presente pesquisa tem o objetivo de analisar as representações criadas pelo Jornal Sul Brasil sobre o MST, achamos importante incluir um debate a respeito dos Movimentos Sociais, pois compreendendo as origens e as características dos mesmos, possibilita uma melhor análise de como a imprensa aborda assuntos relativos a esse tema.

¹⁰ Alguns exemplos: “NINGUÉM SEGURA? O Movimento dos Sem Terra - MST nunca esteve tão **violento** e **audacioso**.” (SUL BRASIL, 23/05/2003).

“DESCONTROLADOS: **Descontrolados**, eles estão **descontrolados**. O MST, está **quebrando** e **invadindo** tudo.” (SUL BRASIL, 31/05/2003).

“**FORA DE CONTROLE**: [...] o MST nunca **invadiu** tantas terras no país.” (SUL BRASIL, 21/06/2003).

“Revolta contra **ações ilegais** dos sem terra mobiliza FAESC.” (SUL BRASIL, 13/09/2003).

Segundo Scherer-Warren e Krischke (1987), Movimentos Sociais se caracterizam como

uma ação grupal para transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção) (SCHERER-WARREN e KRISCHKE, 1987. p. 37).

Scherer-Warren e Krischke (1987) dirá que no mundo rural brasileiro reina o que Paulo Freire denominou como “a cultura do silêncio”¹¹, onde o saber e o fazer são ditados pelas classes dominantes, excluindo contestações e espaços de reflexão, e enfatiza que os chamados Novos Movimentos Sociais¹², como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)¹³ e alguns novos sindicatos de trabalhadores, vem rompendo com essa cultura de silenciamento de vozes e auxiliando na criação de formas de consciência e aspirações políticas (SCHERER-WARREN e KRISCHKE, 1987, p. 49).

Entre esses novos movimentos sociais, a autora destaca o novo sindicalismo urbano e também o rural, o movimento feminista, ecológico, pacifista em fase de organização e setores do movimento de jovens. (Ibidem, p. 41)

Lisboa (1987) dirá que o que diferencia os novos movimentos sociais dos antigos não é a temporalidade, mas sim suas características. Segundo a autora, “De modo geral, os [movimentos] velhos privilegiam objetivos materiais; relações instrumentais; orientações para com o Estado; organização vertical.” (LISBOA, 1987, p. 21).

¹¹ A obra de Paulo Freire citada pela autora chama-se “Cultural Action For Freedom”, publicada pela Penguin Books, em 1972.

¹² Segundo Scherer-Warren e Krischke (1987) “Estes novos movimentos se caracterizam por suas lutas para romper com os esquemas populistas do passado, para a criação de formas comunitárias de participação direta das bases ao nível da reflexão, da decisão e da execução, diminuindo ao mínimo a distância entre direção e base do movimento. Defendem autonomia frente ao Estado e Partidos, considerando a cidadania um direito do povo, numa situação de um capitalismo particularmente excludente” (SCHERER-WARREN e Krischke, 1987, p. 42). Sobre a defesa da autonomia, Scherer-Warren e Krischke comentam que isso não significa que partidos não poderão ser utilizados como um mediador das reivindicações dos movimentos sociais.

¹³ Calcula-se que apenas no Brasil existem aproximadamente cem mil comunidades eclesiais de base. Segundo Frei Betto, as CEBs são grupos compostos por pessoas das classes subalternas, reunidas ao redor de motivos religiosos, os quais representam, nesta camada social crente e oprimida, uma visão de mundo na qual se manifesta uma maneira de ver a vida, o homem e a História. (Las Comunidades Eclesiales de Base, 1984, apud SCHERER-WARREN e KRISCHKE, 1987, p. 208).

A criação e consolidação desses novos movimentos e organizações do mundo inteiro, que lutam por uma globalização contra-hegemônica demonstram que “os vários séculos de predomínio do capitalismo não conseguiram diminuir a indignação e a resistência efetiva aos valores e as práticas que constituem o núcleo central do capitalismo, enquanto sistema econômico e forma de civilização” (SANTOS, 2005, p. 23). A história do capitalismo é, portanto, também a história das lutas de resistência a esses valores e práticas, na medida em que ele é constantemente confrontado. (Ibidem, p. 23)

Conforme Gohn (1997) há nos movimentos sociais latino-americanos particularidades que os diferenciam de movimentos de outros locais, como os existentes na Europa. Entre essas diferenças, a autora destaca aspectos históricos da América Latina, como o passado colonial, escravocrata e/ou de servidão indígena, caracterizado pela monocultura e exploração de recursos naturais. Outro aspecto que os distingue é sobre o processo de industrialização, que na América Latina ocorreu durante o século XX e somente em alguns países. Outra distinção apontada é o tipo de Estado nacional, que é resultado de lutas internas intensas em que as elites políticas representavam os interesses econômicos subordinados ao capital internacional. Grande parte das colônias passaram por fases monárquicas, e posteriormente, algumas sob influência dos Estados Unidos e outros da Europa, tornaram-se República (GOHN, 1997, p. 224). A partir dos anos 1960 a aliança com o capital internacional levou a mudanças no modelo econômico e político: surge a era dos regimes militares autoritários que sobreviveram por duas décadas em vários países latino-americanos. Já as décadas de 1970 e 1980 entraram para a história como um período de redemocratização, no qual os movimentos sociais cresceram em número e ganharam visibilidade em suas lutas ou causas específicas (Ibidem, p. 226).

Devido a essas diferenças, Gohn destaca 22 pontos que devemos considerar para formular um paradigma sobre os movimentos sociais latino-americanos. Entre eles, a diversidade de movimentos sociais existentes e suas diferentes formas de organização, como propostas, projetos políticos, articulações e tipos de liderança, o que resulta numa gama de movimentos que têm como pauta os mesmos temas e problemas (Ibidem, p. 227). Segundo Gohn, isso resultou em uma realidade em que a diferença básica não é entre novos movimentos sociais e antigos, mas sim “entre novos (lutas pela moradia e equipamentos coletivos em geral) e antigos movimentos populares (tipo sociedades

amigos de bairros), onde imperavam práticas de cunho populista e clientelista” (Ibidem, p. 228). Portanto, a diferenciação entre novos e antigos movimentos sociais se dá na forma de fazer política, pois, segundo a autora, “as articulações sempre existiram, tanto nos antigos como nos novos. Relações com a Igreja¹⁴, partidos e sindicatos sempre existiram, mas nos movimentos contemporâneos, a relação é de outra natureza”. Outro ponto que Gohn destaca é que há na América Latina uma hegemonia dos movimentos populares¹⁵ perante outros tipos de movimentos sociais (Ibidem, p. 228).

Um outro ponto de destaque é sobre a questão agrária latino-americana, que segundo a autora “tem sido palco de violentos conflitos e permanece como um tabu para certas áreas das elites dominantes, que relutam em discutir qualquer proposta de reforma nessa área” (GOHN, 1997, p. 238). Conforme Scherer-Warren e Krischke (1987) o movimento popular questiona por natureza o regime de dominação, levando a se oporem às classes dominantes, e que, por essa mesma razão, encontram nas classes antagônicas à classe dominante e, principalmente, em suas instâncias políticas a condução apropriada aos seus interesses (SCHERER-WARREN e KRISCHKE, 1987, p. 223).

Dadas as relações de desigualdades sociais existentes, os camponeses em geral têm tido um papel importante em vários conflitos sociais, contrariando as análises clássicas marxistas que atribuíam aos camponeses um papel mais conservador do que progressista. O processo de expansão do capital no campo gerou hordas de sem-terra ou pequenos proprietários semi-falidos. Contraditoriamente a toda propalada modernidade da sociedade brasileira nos anos 1990, por exemplo o MST será uma das mostras da exclusão e da desigualdade social no continente. (GOHN, 1997, p. 238).

Segundo Lisboa (1987), o campesinato brasileiro é formado por diversas categorias resultantes da expropriação de terra imposta pelo capitalismo. Entre elas,

¹⁴ Segundo Gohn, “os movimentos populares que se destacaram e se tornaram conhecidos internacionalmente foram os que estavam sob o manto protetor da Igreja católica em sua ala progressista, da Teologia da Libertação [...]. A religião é de modo geral um valor muito importante na vida do homem pobre latino-americano. O passado colonial moldou uma cultura em que religião é sinônimo de esperança. (GOHN, 1997, p. 229-230)

¹⁵ Segundo Scherer-Warren e Krischke, movimentos sociais são uma dinâmica gerada pela sociedade civil que defende interesses específicos, e busca transformar parcial ou totalmente as condições de crescimento social. Ele aponta diferenças entre movimentos sociais e movimentos populares. O primeiro, pode reunir setores dominantes do regime capitalista, e podem não ter o interesse de transformar totalmente as estruturas de dominação. Um exemplo são os movimentos empresariais e patronais, que buscam mudanças, mas que mantenham a estrutura de dominação. O questionamento feito pelos movimentos populares é mais radical (SCHERER-WARREN, KRISCHKE, 1987, p. 216-217).

destaca-se os “sitiantes, colonos, parceiros, meeiros, arrendatários, moradores, agregados, posseiros, sem terra, peões, bóias-frias, índios, todos eles trabalhadores rurais que combinam diferentes condições sociais, econômicas, políticas e culturais” (IANNI, 1985, p. 15 apud LISBOA, 1987, p. 28). Em comum eles têm o histórico de expropriação de terras que os transformou em uma massa de proletários rurais ou trabalhadores sem-terra (LISBOA, 1987, p. 28). Segundo Lisboa, agora como trabalhadores livres, “não sendo mais proprietários nem dos instrumentos de trabalho, nem dos objetos, matérias-primas, não têm outra alternativa senão a de vender sua força de trabalho ao Capitalismo do patrão” (MARTINS, 1981, p. 152 apud LISBOA, 1997, p. 28).

No período compreendido entre 1930 a 1964, movimentos relacionados à luta pela terra surgiram. Entre eles, as Ligas Camponesas, sindicatos, e outras revoltas do campo. Segundo Poli, as Ligas Camponesas "representaram um amplo processo de mobilização dos camponeses" (POLI, 1995, p. 15), e que deu início a debates sobre a questão da reforma agrária. No Rio Grande do Sul, em 1960, surge o MASTER (Movimento dos Agricultores Rurais Sem Terra), que discutia pautas relacionadas à reforma agrária, à vida precária das pessoas do campo e contra o latifúndio. Seus protestos eram marcados por acampamentos, mobilizações e manifestações públicas.

Para compreendermos o processo de criação e consolidação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, devemos estudar o contexto sócio-político da década de 1980. Segundo Rocha (2013) e Schwengber (2008), as políticas agrárias criadas no governo militar, caracterizadas pela mecanização e uso de insumos agrícolas, expropriou muitos pequenos agricultores que não tiveram condições de se adaptar a essas modernizações. Diversas famílias que antes viviam de uma pequena agricultura, se viram diante da situação de ter que vender suas terras a grandes latifundiários. Perante essa situação, muitos foram morar na cidade e outros passaram a ser empregados nas grandes fazendas. Essa situação, somada ao período de reabertura política, estimulou para que essas pessoas se organizassem e realizassem manifestações e protestos em busca de melhores condições de vida no meio rural. Nesse contexto, a Igreja Católica, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), assumiu um papel muito importante. Segundo Schwengber (2008):

A CPT passou a organizar os posseiros e a orientá-los em suas lutas, denunciando as violências a que estavam sujeitos e patrocinando a criação de sindicatos onde não havia, ao mesmo tempo onde estimulava a formação de chapas de oposição nas entidades onde as direções não eram vistas como combativas. (SCHWENGBER, 2008, p. 66)

No oeste de Santa Catarina, a criação do MST está ligada à dificuldade de quem morava no campo de se adaptar aos novos moldes de produção capitalista impostos nos governos militares. A produção agroindustrial excluiu diversos pequenos agricultores que não conseguiram se adaptar aos novos modos de produção e passaram a ter dificuldades econômicas (ROCHA, 2013, p. 7-8 e RADIN, CORAZZA, 2018, p. 110-111).

Durante as décadas de 1970 e 1980, período caracterizado pela queda de regimes militares que existiam em alguns países latino-americanos, serviram de impulso para a eclosão de diversos movimentos sociais. O MST surge nesse cenário de abertura política e de resistência contra as políticas de desenvolvimento que haviam sido implantadas. Para Santos (2005),

A luta pela terra não é nova no Brasil. Fortemente reprimida durante grande parte do regime militar, ela é gradualmente retomada quando se dá a abertura do regime. Começam de novo ocupações de terras de latifúndios e destas experiências surge o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Nascido nesse contexto de retorno à democracia popular, o MST é produto social e político de um conjunto de fatores [...] [que] incluem desde as condições políticas repressivas do período autoritário, e o ativismo político daí decorrente, às ações de mobilização e politização organizadas por setores radicalizados do clero católico, dos efeitos da vigorosa modernização agrícola da década citada à história política das comunidades rurais do Sul do Brasil, ou ainda, da abertura política iniciada em 1979 aos processos sociais que acabaram impulsionando um “ciclo de protesto” em áreas rurais [...] (SANTOS, 2005, p. 195).

Segundo Stédile (1997) “esse processo é entendido no seu caráter mais geral, na luta contra a expropriação e contra a exploração do desenvolvimento do capitalismo” (STÉDILE, 1997, p. 134). No final da década de 1970, diversas lutas camponesas ocorreram no Brasil, entre elas

as ocupações das glebas Macali e Brillhante, no município de Ronda Alta (RS), em 1979; a ocupação da Fazenda Burro Branco, no município de Campo Erê

(SC), em 1980; ainda neste ano, no Paraná, o conflito entre o Estado e mais de dez mil famílias que, com a construção da Barragem de Itaipú, tiveram suas terras inundadas; em São Paulo a luta dos posseiros da Fazenda Primavera nos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência; no Mato Grosso do Sul, nos municípios de Naviraí e Glória de Dourados, milhares de trabalhadores rurais arrendatários desenvolviam uma intensa luta pela resistência na terra. Outras lutas também aconteciam nos estados da Bahia, Rio de Janeiro e Goiás. (Ibidem, p. 134).

Essas lutas foram a gênese do que viria a ser o MST enquanto um movimento organizado. A criação oficial do Movimento ocorreu no município de Cascavel (PR), em janeiro de 1984, quando representantes sindicais, sem terras e agentes de pastoral se reuniram para formar o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Segundo Fernandes, essa ocasião foi importante pois “representou, antes de mais nada, uma vitória”, pois “após várias conquistas de terras e da caminhada em direção à unificação e formalização das ações das lutas camponesas, os sem-terra fundavam a sua organização.” (FERNANDES, 2000, p. 79).

O MST, desde sua fundação em 1984, sofre inúmeras calúnias e difamações, sobretudo pelas suas estratégias de luta, que consistem em ocupações de terras, acampamentos, marchas, jejuns e greves de fome, ocupação de prédios públicos, acampamentos e manifestações nas cidades, acampamentos diante de bancos, vigílias, luta Reforma Agrária Popular e transformação social¹⁶. Essa imagem negativa da sociedade sobre o movimento ocorre, principalmente, pela forma com que a mídia noticia os fatos relacionados ao movimento. Essa relação da imprensa e das representações sobre o MST, trataremos no capítulo que segue.

¹⁶ Informações coletadas no site do MST, disponível em: <<https://mst.org.br/quem-somos/#apresentacao>> Acesso em: 12/04/2021.

3 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO DOM JOSÉ GOMES

Em 24 de abril de 2002 a Fazenda Seringa, localizada na Linha Água Amarela, em Chapecó, Santa Catarina, foi ocupada por diversas famílias integrantes do MST¹⁷. Essas pessoas reivindicavam a concessão dos lotes de terras em que acampavam para a Reforma Agrária. Foram seis anos de luta para que lograssem êxito nesse objetivo. Durante esse período, tiveram que conviver com a falta de energia elétrica, intimidações e repressão do agronegócio local e tentativas de despejo. Segundo Trevisan “Houve também intimidação da Delegacia e da Polícia Ambiental, na tentativa de acabar com o acampamento, acusando-os por estarem fazendo uso errôneo das plantas nativas da área.” (TREVISAN, 2018, p. 41).

Pela enorme dificuldade em conseguir diálogo com representantes da Secretaria de Estado da Agricultura de Santa Catarina, membros do movimento ocuparam, em 2008, a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) localizada em Chapecó, como forma de pressionar o órgão para que os trâmites legais para a regularização dos terrenos tivessem avanço. A pressão pela desapropriação das terras através da ocupação do prédio surtiu efeito positivo, visto que no mês seguinte, em setembro de 2008, o órgão adquiriu as terras para fins de uso e ocupação para a Reforma Agrária. Em novembro do mesmo ano, um decreto foi assinado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, declarando a desapropriação das terras¹⁸.

Bastiani (2021) realizou uma pesquisa sobre a formação agrária do oeste catarinense, onde analisou também o processo de formação do Assentamento Dom José Gomes. Por meio de entrevistas, ela buscou dar voz aos assentados e entender suas trajetórias de vida, analisando as motivações que levaram essas pessoas a largarem a vida que tinham para se somarem ao movimento que ocupou as terras em questão. Segundo Bastiani, “São trajetórias que perpassam sujeitos expropriados do processo de formação e constituição da pequena propriedade, fazendo da luta pela terra uma alternativa de vida” (BASTIANI, 2021, p. 15).

¹⁷ A ocupação é uma das táticas utilizadas pelo MST em propriedades rurais que não cumprem uma função social determinada pela Constituição, ou seja, que está improdutiva, que comete crimes ambientais ou que foi autuada por trabalho análogo à escravidão, entre outras irregularidades.

¹⁸ BRASIL. Decreto de 09 de setembro de 2008. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel denominado Fazenda Seringa, situado no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

Na década de 1970, a modernização da agricultura expropriou diversas famílias que não conseguiram se adaptar a essas mudanças e tiveram que vender suas terras aos latifundiários. Bastiani usa como exemplo o caso de Nelson¹⁹, que em 2017 era um dos assentados no Assentamento Dom José Gomes. Filho de agricultores, saiu cedo de casa para viver do trabalho em construção civil. Ele relata que seus pais, que permaneceram no meio rural em Pinhalzinho, contraíram dívidas que, devido aos altos juros, tornaram-se impagáveis. Segundo Bastiani, esses juros altos que foram atribuídos por Nelson ao governo militar de João Figueiredo (1979-1985) foi o motivo da família ter saído de Pinhalzinho. Conforme Bastiani relata, durante o governo Figueiredo, para o setor da agricultura, foi criado o programa "Prioridade agrícola", que tinha como slogan "Plante que o João Garante". Esse programa era um incentivo a modernização da agricultura e garantia um preço mínimo pelos produtos produzidos, porém, esse "garantido" não se concretizou, gerando crises na agricultura (BASTIANI, 2021, p. 75-76).

Nelson relata que após isso, seus pais venderam as terras em Pinhalzinho e compraram uma terra menor em Quilombo. Posteriormente passaram a lutar pela terra e foram assentados no município de Abelardo Luz. Nessa reviravolta, Nelson voltou a morar com os familiares em Abelardo Luz, foi quando recebeu o convite para acampar em Chapecó. Ele viu nisso uma oportunidade de continuar no ramo da construção civil, visto que o município de Chapecó era o maior da região oeste catarinense (Ibidem, p. 77).

Segundo Bastiani,

A venda da propriedade devido ao endividamento bancário, não é um caso apenas vivenciado pela família de Nelson. O processo de transformações no mundo rural ocorridas no Oeste Catarinense, principalmente a partir da década de 1970, refletiram-se na venda de muitas pequenas propriedades que foram compradas e registradas por um único comprador, gerando maior número de concentrações fundiárias, como é possível verificar pela cadeia sucessória dominial²⁰ da antiga fazenda Seringa/Paraíso, que hoje dá lugar ao assentamento DJG em Chapecó. (Ibidem, p. 77)

Conforme Bastiani, a formação da fazenda Seringa/Paraíso se deu por meio de

¹⁹ Bastiani usou nomes fictícios em seu trabalho.

²⁰ Segundo Bastiani (2021, p. 241) cadeia sucessória dominial é a relação dos proprietários de determinado imóvel rural desde a titulação original emanada do poder público até o último dono (atual proprietário).

uma junção de diversas propriedades:

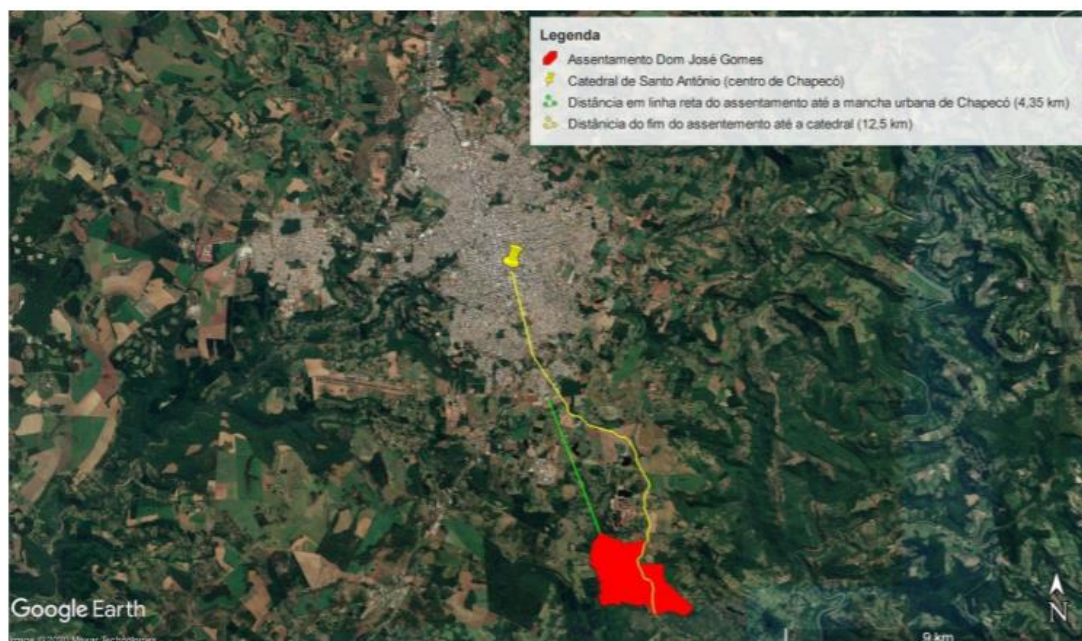
Entre o ano de 1970, por meio da aquisição de uma propriedade de 22,47 ha, que pertencia a Sipriano Venância, até o ano de 1978, quando da aquisição de duas propriedades, uma de 12,10 ha, que era de José Olavo Vargas Dias e Maria Isabel Correia e outra de 36,30 ha, adquirida de Doracídio Pires da Silva e Luiz Ramão, o casal João Roman e Olga Faccio Roman comprou 9 propriedades que formariam a fazenda Seringa/Paraíso. Uma aquisição que totalizava 395,57 ha de área registrada, posteriormente desapropriada por interesse social, dando origem ao hoje assentamento DJG, em Chapecó. (Ibidem, p. 80)

Essa característica não é um caso isolado da Fazenda Seringa/Paraíso. Bastiani analisou os censos agropecuários do oeste catarinense entre 1920 e 2017, e constatou que houve um acréscimo do número de minifúndios, médias e grandes propriedades, ao passo que há uma diminuição das pequenas propriedades, a partir da década de 1970. (Ibidem, p. 80).

Conforme pode ser observado na Figura 1, a proximidade do Assentamento com o centro da cidade permitiu que alguns assentados utilizem o espaço do lote apenas para morada, visto que muitos dessas pessoas tem como principal renda empregos oriundos do meio urbano (Ibidem, p. 197). Segundo Bastiani (2021), essa aproximação

faz com que relações rurais-urbanas se realizem constantemente, a ponto de não podermos dissociar pertencimentos. Essa proximidade, que, em certa medida, indiferencia o fato de se morar no campo ou na cidade, apresenta-se como um risco para a continuidade do assentamento diante do avanço da urbanização em direção ao seu território, principalmente pelas implicações diretas sobre o sucessor do lote. (Ibidem, p. 196-197).

Figura 1 - Localização do assentamento DJG em relação à área urbana de Chapecó



Fonte: Elaborado a partir da sobreposição dos Shapefile SIGSC-assentamentos em SC no Google Earth.
Org.: BASTIANI, T. M.; BORGES, L. F. S. 2020. apud BASTIANI, 2021, p. 197.

Antes da conquista do Assentamento Dom José Gomes, o MST já era atuante na região oeste de Santa Catarina. Conforme Siqueira (2014) “Em Santa Catarina, em dezembro de 1984, aconteceu no município de Chapecó o I Congresso dos Sem Terra do estado de Santa Catarina” (POLI, 2008, p. 108 apud SIQUEIRA, 2014, p. 43). Em 1985, trabalhadores rurais ocuparam duas fazendas no município de Abelardo Luz. Nos anos seguintes diversas outras ocupações ocorreram na região e também país afora. O movimento mostrava-se organizado, combatente e fortalecido. Atualmente, somente no estado de Santa Catarina, estão implantados mais de cem assentamentos rurais (RADIN, CORAZZA, 2018, p. 111).

3.1 O MST NAS PÁGINAS DO JORNAL SUL BRASIL

Estudar o MST e o imaginário social que o circunda é importante pois permite compreender como a mídia, dominada por grupos hegemônicos, atua para criar representações sociais. Nos jornais impressos, observa-se que os fatos relacionados ao MST são noticiados como caso de polícia, violência e desordem, e nunca como uma questão social.

O coletivo Intervozes²¹ realizou uma cobertura da mídia sobre o MST durante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, ocorrida em 2007 no Congresso Nacional. Em um documento analisado pelo coletivo, chamado "Linhas Políticas para a Assessoria de Imprensa", eles destacam a fala do MST sobre a imprensa:

o movimento diz que a 'grande imprensa' atua com a finalidade de cooptar os militantes através de três estratégias: personificação da luta, divisão do movimento através da contraposição de declarações de dirigentes; e criminalização, com a criação de estigma de movimento violento, clandestino e ilegal. Para o Movimento Sem Terra, essas ações possuem um sentido claro: desmoralizar e desvirtuar o verdadeiro sentido da organização dos movimentos (INTERVOZES, 2007, p. 7).

A presente pesquisa procura analisar através das matérias e colunas publicadas no Jornal Sul Brasil, que tinham como pauta o MST, de que forma a mídia regional criou uma representação negativa sobre o movimento. Conforme Schwengber,

para entender porque o conteúdo noticioso referente ao MST construiu imagens negativas sobre ele, precisamos conhecer os vários elementos que participam dessas representações, como o valor simbólico que a terra tem na nossa sociedade, a origem da sua luta por ela, os fatos produzidos pelo movimento, sua relação com o governo, as narrativas dos governos, o pensamento dos donos dos jornais, as rotinas do fazer jornalístico, as fontes de informação jornalística e sua ideologia (SCHWENGBER, 2008, p. 25).

O Jornal Sul Brasil circulou pela primeira vez no dia 24 de novembro de 1993, sempre com circulação diária de segunda-feira a sábado/domingo sempre com 12 páginas e 14 páginas nos finais de semana. Três anos depois da sua fundação, a direção da empresa foi assumida por Dércio Rosa, diretor executivo e Ivone Miotti, diretora financeira.²²

O ano de 2002 foi marcado pelo crescimento de grupos políticos de esquerda ao poder, e no jornal Sul Brasil, é perceptível que muitas referências ao MST estão vinculadas a críticas aos partidos progressistas. Segundo Schwengber, durante esse período no território nacional

²¹ O Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social é uma organização que trabalha pela efetivação do direito humano à comunicação no Brasil. Informações retiradas do site do Coletivo. Disponível em <https://intervozes.org.br/quem-somos/> Acesso em: 15/09/2021.

²² Jornal Sul Brasil, 23 e 24/12/2002, p. 1.

pairava um certo desconforto, em grupos de “direita”, a difusão de idéias de “esquerda” e o avanço territorial de partidos a ela relacionados, principalmente o PT que, além de ampliar o número de seus representantes nas esferas políticas, tinha levado seu candidato à presidência por três vezes ao segundo turno. Como o MST sempre esteve próximo aos ideais daquele partido, entendemos, então, porque as ações dos sem-terra ganhavam força, no imaginário social, de uma guerra para a tomada do poder, a exemplo dos países comunistas. (SCHWENGBER, 2008, p. 135)

Observa-se que no Jornal Sul Brasil essa vinculação do MST com partidos de esquerda era recorrente. Além do MST, citavam também outros movimentos e organizações sociais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF), tentando deslegitimar suas lutas com o discurso de que eram pessoas desinformadas que serviam como “massa de manobra” para os partidos progressistas aos quais os movimentos tinham mais proximidade. A questão de uma disputa pela tomada do poder também aparece de forma recorrente nas colunas. Segundo o colunista Perroni, caso o PT ganhasse as eleições de 2002, no dia seguinte os movimentos que o apoiavam iriam “às ruas clamando por um plebiscito pelo socialismo”.²³

O interesse em noticiar as ações do MST pelo jornal tornou-se maior depois do acampamento levantado na Linha Água Amarela em 2002. Mas não com o intuito de noticiar a reivindicação e a luta por Reforma Agrária, e sim para difamar sistematicamente o movimento, como pode ser observado na primeira coluna referente à ocupação, escrita por Luiz Perroni, que dizia:

CANTEI A PEDRA: Já haviam me antecipado que os sem terras do MST sob o comando do Via Campesina, estavam preparando a primeira **invasão** em Chapecó. Aconteceu na Água Amarela. Baita mão para a campanha do companheiro Fritsch, também na onda do light.²⁴

O colunista caracteriza a ação do movimento como invasão, levando o leitor a crer que o movimento atua na ilegalidade. Também relaciona a ação do movimento à

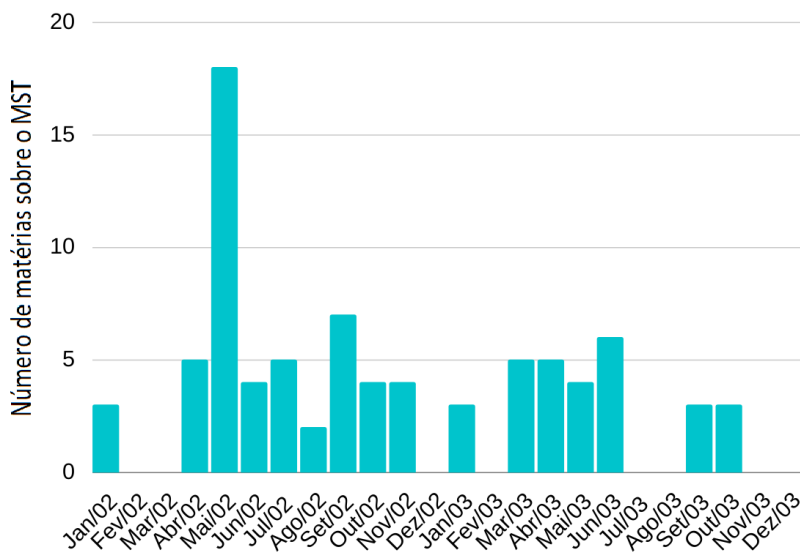
²³ Jornal Sul Brasil, 22/05/2002, p. 3.

²⁴ Jornal Sul Brasil, 24/04/2002, p. 3.

administração do município, que na época era governada pelo Partido dos Trabalhadores.

O jornal estava em campanha contra o movimento e isso se reflete nas colunas e notícias referentes ao mesmo, que se intensificaram, sobretudo, a partir da ocupação em 24 de abril de 2002, como pode ser observado na Figura 2:

Figura 2 - Número de matérias referentes ao MST no Jornal Sul Brasil durante os anos de 2002 e 2003.

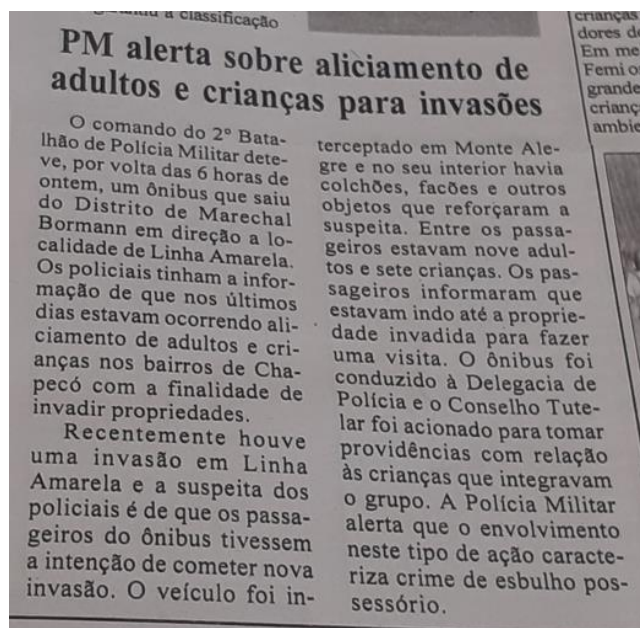


Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Após a ocupação da Fazenda Seringa pelo MST, assuntos voltados ao movimento ganharam repercussão no Jornal. Em 2 de maio, estava estampada na capa do jornal uma notícia sobre a interceptação de um ônibus que seguia em direção à linha Água Amarela, pela Polícia Militar. Na notícia, o jornal relata a versão dos policiais. Segundo os militares, estaria ocorrendo o “aliciamento de adultos e crianças para invasões”²⁵ nos bairros do município. Na manchete é utilizada a palavra “invasão” diversas vezes.

²⁵ Jornal Sul Brasil, 02/05/2002, p. 1.

Figura 3 - Página do Jornal Sul Brasil de 2002



Fonte: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM

Esse fato voltou a ser referenciado no dia seguinte na coluna escrita por Perroni. Segundo o que ele escreve, nos leva a entender que o dirigente do MST no município de Chapecó, Possamai, caracterizou como truculenta a ação da polícia de abordar as pessoas no ônibus, e o colunista questiona o mesmo, novamente acusando os integrantes do movimento como invasores e questionando a legalidade das suas ações. O título da coluna “DA INVERSÃO DE VALORES” já indica a posição contrária do colunista perante o movimento.

As coisas estão tomando um rumo, que qualquer dia, o cara **invade** tua casa, toma conta de tudo e você será apontado o malfeitor. Que outra leitura se poderá tirar, das reclamações indignadas via entrevista coletiva pela mídia, do profissional dirigente e funcionário do MST, Possamai? Os patrões dele lá da matriz do Via Campesinos na Europa, baixam uma resolução, mandam o dinheiro, para que realizam **invasões** de norte a sul deste país, que **invadam** e emporcalhem a casa do Presidente, enfim, que promovam atos para apressar a “mobilização das massas” para a **revolução socialista** que esperam empurrar goela abaixo do próprio Lula, caso ele vença, e a maioria da sociedade é obrigada a assistir tudo passivamente. Se a polícia Militar, em nome dos pressupostos legais, preventivamente faz uma revista, recolhe armas, evita que crianças sejam usadas como bucha de canhão e vigiam o recrutamento dos futuros “sem terra” até com o uso de dinheiro, os “profissionais” denunciam que os mesmos estão sendo arbitrários. Um pouco mais e até provocam um

confronto para fabricar outros mártires. Para com isso Possamai. Onde está a **legalidade** das **invasões**?²⁶

Nessa coluna, o colunista reproduz aos leitores o discurso estereotipado de que os movimentos sociais que reivindicam terras “invadem” casas de qualquer pessoa. Chega a caracterizar as ações do movimento no país como um passo a mais para a “revolução socialista”. Também fica evidente que o jornalista não concorda com a acusação feita pelo dirigente do movimento sobre a arbitrariedade da Polícia Militar na abordagem do ônibus, justificando, para isso, que a polícia estava agindo “preventivamente”. Ele cita também a apreensão de “armas”, sem citar quais, mas provavelmente se referindo aos facões, que haviam sido citados na notícia do dia anterior.

Em uma coluna escrita em 22 de maio de 2002, Perroni classifica a Via Campesina como um “instrumento de sinistras organizações internacionais”, incluindo o MST nesse grupo.

Quando há sete anos passados, José Fritsch em plena campanha política afirmou que transformaria Chapecó na “Capital da Democracia”, as chamadas elites políticas preocupadas com o próprio umbigo, não deram bola ou subestimaram. Alimentaram rusgas e traições e acabaram entregando à prefeitura. Diziam por quatro anos, mas repetiram os erros e perderam novamente. O tempo passou e a coluna inúmeras vezes alertou, definitivamente estruturados, com ramificações em vários segmentos, cumpririam a promessa: E Chapecó já é a capital da democracia, ou pelo menos, do que eles entendem por democracia, assim, tipo popular. Uma escolha com justiça pois desde 82, a Pastoral da Terra, mantém um centro de treinamento internacional de guerrilha; Aqui, foi berço do MST que iniciou a “luta”, invadindo Natalino. Num vacilo da “classe dominante”, ganharam a Prefeitura com direito a repeteço. É uma capital importante, posto que escolhida pelo Via Campesinos, instrumento de **sinistras organizações** internacionais, para que suas financiadas: MST, MPA, MMA, MAB, CPT, CIMI, FETRAT, montassem gigantesco campo de operações. **Terras** foram **invadidas** e um acampamento modelo montado, autêntica sala de aula revolucionária para estudantes.²⁷

Quando houve a Mobilização Nacional dos Rurais, em maio de 2002, o jornal noticiou em matéria de capa que mais de mil pessoas representantes dos movimentos sociais que compõem a Via Campesina estavam acampadas no Salão Paroquial do município. Na coluna do dia seguinte, Perroni comenta que o grupo que estava

²⁶ Jornal Sul Brasil, 04 e 05/05/2002, p. 2.

²⁷ Jornal Sul Brasil, 22/05/2002, p. 3.

acampado nas dependências da Igreja seria composto por pessoas que, após a vitória de Lula, sairiam às ruas clamando por um plebiscito em prol do socialismo. O medo de nova “invasões” também era alertado de forma recorrente pelo colunista.

Desde segunda (a chuva atrapalhou), milhares de militantes trazidos de acampamentos na região, ocupam o salão paroquial (e estão em casa) e prometem, quando o tempo melhorar, ações espetaculares, talvez **novas invasões**. Bandeiras: Contra ALCA, transgênicos, Modelo econômico, Barragens e Paralisia da reforma agrária. Esta é a turma que um dia após a posse do Lula, sairá às ruas clamando por um **plebiscito pelo socialismo**.²⁸

A partir de julho de 2002, o colunista Perroni passa a escrever sobre o “sumiço” do MST. Em repetidas colunas ele comenta que esse silêncio do movimento seria uma estratégia para as eleições que ocorreriam em outubro do mesmo ano, no qual as pesquisas mostravam que o candidato do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, estava à frente, e que o movimento, por estar ligado ao Partido, buscou diminuir suas ações para não prejudicar a campanha do candidato petista. Em coluna escrita no dia 10 de julho de 2002, Perroni questiona o desaparecimento dos movimentos:

E POR FALAR... Em via Campesinos, ainda que mal pergunte... porque, não mais do que de repente, os filiados à **OGN sinistra**, silenciaram, tomaram chá de sumiço, esconderam as “bandeiras”? Onde anda o pessoal da FETRAF e do MST? O M.A. veio aí, distribuiu verba para os atingidos pela seca, e não fizeram, como nas vezes anteriores, nem um protesto. Estariam, com esta “**baixada de bola**”, a pedido, **colaborando** com a **campanha** do **Lula**? Assim, tipo, para não intimidar eleitores?²⁹

Verificou-se que o termo “ilegal”, além de ser utilizado repetidas vezes nas colunas do jornal, não é incomum encontrá-lo também nas notícias em que tinha o MST como pauta. Em uma notícia do dia 13 e 14 de setembro de 2003 sobre uma manifestação de lideranças rurais que ocorreria no estado catarinense, o jornal

²⁸ Jornal Sul Brasil, 22/05/2002, p. 3.

²⁹ Jornal Sul Brasil, 10/07/2002, p. 3.

representa juízo de valor ao estampar na capa do diário uma manchete afirmando que as ações do movimento eram ilegais.³⁰

Figura 4 - Capa do Jornal Sul Brasil de 2002



Fonte: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM

Na matéria referente a manchete da capa que continua na página 2, o jornal novamente classifica como “invasões” e “ações ilegais” praticadas pelo MST. Segundo a reportagem, “O ato foi motivado pelas constantes invasões de terras produtivas no Estado e pelas frequentes ações ilegais e desestabilizadoras do MST praticadas em todo o território catarinense”³¹

Além de tecer duras críticas ao PT e a Via Campesina, o alvo prioritário do colunista Perroni era o MST. Em uma coluna escrita em 09 de maio de 2002 ele chega a comentar que a truculência é “estampada na fisionomia” dos membros do movimento. Também compara as lideranças regionais do MST à comandantes da Revolta Zapatista³² ocorrida no México anos antes:

SITIADOS PELAS TROPAS DE DRESCH E DO POSSOMAI: Os comandantes Dresch e Possamai, **versões tupiniquim** do **comandante Marcos** dos **Chiapas** Mexicanos, a frente de tropas muito bem treinadas, como mostrou o Jornal Nacional, conseguiram desde ontem sitiarem a “capital da democracia” com o **truculento** bloqueio de estradas. E não faltou nem a presença física na área, do comandante supremo no país, o Stédile do MST, que proferiu uma proveitosa palestra na Efapi, para educadores municipais, devidamente dispensados para o ato pela Secretaria da Educação Maravilha. E estão produzindo ações para **agitador** nenhum botar defeito. Viram as fotos

³⁰ Jornal Sul Brasil, 13 e 14/09/2003, p. 1.

³¹ Jornal Sul Brasil, 13 e 14/09/2003, p. 2.

³² Fazendo alusão ao Comandante Marcos, líder insurgente do exército de guerrilha Zapatista.

publicadas na capa do DC, as imagens **raivosas** na televisão, que a Via Campesina deve ter repercutido a nível mundial? E tudo numa sequência rigorosamente programada. Ontem, aqui no bloqueio de estradas, no Recife, **invasão** da sede do INCRA onde **rebentaram** tudo. E são **audaciosos, prepotentes**, com a marca da **truculência estampada** na **fisionomia**.³³

Sua crítica também aparece em relação à ala radical da Igreja Católica, apoiadora das causas do movimento. Quando o bispo Dom José Gomes ficou com a saúde debilitada, Perroni dedicou uma coluna a ele intitulada “Agonia de um guerreiro”. Nela, o colunista comenta discordar dos métodos utilizados pelo MST, mas reconhece, “forçosamente”, a pressão que uma ocupação faz em prol da Reforma Agrária. Ele também lamenta que nem sempre as negociações pela Reforma aconteça de forma pacífica, negociada:

AGONIA DE UM GUERREIRO: Notícias de que Dom José Gomes, bispo emérito de Chapecó, lamentavelmente, encontra-se hospitalizado, em lenta agonia. Escrevi certa feita, que admiro os idealistas, ainda que, discorde de atos e pregações de alguns, pois é próprio da democracia. Dom José, marcou sua presença à frente da diocese, lutando por aquilo que julgava e, ainda julga, correto. Propagador da Chamada Teologia da Libertação que revolucionou a igreja, foi um dos fundadores e presidente da Pastoral da Terra, matriz genética de entidades de luta pela reforma agrária como o MST, tudo isto, numa época difícil para a difusão de ideias, quando o país convivia com uma ditadura. E neste particular, poderá se discordar, e pessoalmente discordo, dos métodos utilizados pelo movimento, mas, a partir da **invasão** pioneira em Natalino, forçoso reconhecer que serviram como elemento de pressão para o início de uma reforma agrária neste país, ainda em andamento e, pena, que nem sempre pacífica, negociada.³⁴

No ano de 2003, o colunista Alcebíades Santos, ao comentar uma fala do Prefeito de São Paulo, Geraldo Alckmin, sobre a questão da tensão que estava aumentando devido às grandes ações movidas pelo MST no seu estado, o colunista faz um comentário tendencioso no final da fala do prefeito que demonstra mais apoio aos fazendeiros para que se armem e confrontem os membros do MST, do que uma solução para que os latifundiários não cometam o delito alertado pelo prefeito paulista:

Geraldo Alckmin (PSDB-SP) avisou que o seu governo vai reforçar a segurança na região do Pontal do Paranapanema. A tensão entre fazendeiros e

³³ Jornal Sul Brasil, 09/05/2002, p. 3.

³⁴ Jornal Sul Brasil, 20 e 21/07/2002, p. 3

sem-terra cresceu depois que o MST decidiu montar um superacampamento para 5 mil famílias. ‘A segurança já está reforçada e se for preciso reforçaremos mais’, garantiu Alckmin também fez um alerta aos proprietários rurais: ‘Se os fazendeiros se armarem sem ter o porte de armas, estarão cometendo crime’. **Comentário: Portanto, é só arranjar o porte de arma.**³⁵

Em 2003, sob o governo Lula, Tony Lagos escrevia: “estão fazendo ao velho modo”. O colunista indicava que o Movimento agia com violência e audácia no passado, e que agora, pelo fato do Presidente Lula ter deixado a pauta da Reforma Agrária de lado, eles teriam voltado a praticar atos violentos.

NINGUÉM SEGURA? O MST nunca esteve tão **violento** e **audacioso**. A turma está **invadindo** e **quebrando tudo**. Isso tudo, nada mais é do que o reflexo do novo governo. Prometeram que iriam ajeitar rapidamente as coisas para eles, e como não aconteceu, estão fazendo ao **velho modo**. Assim, quem no passado recente ajudava o presidente a bater panelas por aí, agora parece ser um dos principais inimigos. Tá ruim para o Lula, né. De um lado os **companheiros extremistas** e de outro o MST, o que mais virá por aí. Quem anda rindo a toa é o FHC, lembrem dele, companheiros.³⁶

Em abril de 2003 o colunista escreve trechos comentando sobre a situação “incontrolável” que estava o ritmo das “invasões” por parte do MST, que segundo ele, já poderia alterar o nome para “Movimento Com Terra”, dado o alto número de ações que o movimento vinha realizando. Como de costume, encerra seu texto com questionamentos vagos ao presidente da república.

COM TERRA, nunca se invadiu tanta propriedade **COM TERRA**: Do jeito **incontrolável** que a coisa anda, principalmente nesta era Lula, o MST, já pode pensar em trocar de nome. Quem sabe, **MOVIMENTO COM TERRA**. Por que? Nunca se **invadiu tantas terras** em tão pouco espaço de tempo como estamos assistindo. O presidente prometeu fazer com urgência a Reforma Agrária, não cumpriu e a coisa desingrolou [degringolou] de vez. E agora presidente?³⁷

Em tom irônico, a coluna publicada no Jornal dia 31 de maio e 01 de junho de 2002, novamente o jornalista utiliza verbos negativos para caracterizar as ações do

³⁵ Jornal Sul Brasil, 28/05/2003, p. 3.

³⁶ Jornal Sul Brasil, 23/05/2003, p. 4.

³⁷ Jornal Sul Brasil, 02/04/2003, p. 4.

MST. Segundo ele, o MST estaria “descontrolado” pela demora do presidente petista eleito em resolver as questões da Reforma Agrária, e então o movimento estaria “quebrando e invadindo tudo”.

DESCONTROLADOS: Descontrolados, eles estão descontrolados. O MST, está **quebrando** e **invadindo** tudo. Agora foi a vez de uma fazenda de pesquisa do próprio governo ser invadida na cidade de Ponta Grossa no Paraná. O movimento está na bronca com o Presidente Lula que prometeu uma solução urgente para eles e até agora não cumpriu. A cada dia a situação fica mais difícil. O Lula está sentindo na pele o que é ser governo e ter que resolver o problema. Até então participava de manifestações, batia panela e assoprava apitos contra o FHC. É dura a mão, né Lula.³⁸

Se antes das eleições o jornal dizia que no dia seguinte após a posse de Lula o MST e outros movimentos ligados ao partido sairiam às ruas com um plebiscito pelo “socialismo”, teve que mudar o discurso após a virada de ano, visto que todas suas acusações iniciais não se concretizaram. Observando que as políticas voltadas para resolver a questão agrária brasileira não foram prioritárias nos primeiros meses do governo Lula, o Jornal buscou criar um discurso de que o movimento estaria revoltado com a situação e agora descontrolado.

O MST é visto como um problema no qual o governo terá que resolver. Na coluna do dia 16 de janeiro de 2003, Tony Lagos escreve:

OS DOIS LADOS DA MOEDA: Um **baita pepino** para o Presidente Lula **resolver** com urgência é a **questão** do MST. Lideranças do movimento em todo o país, já iniciaram as críticas ao novo governo. Consideram que esta questão deveria ser tratada com prioridade e os primeiros passos deveriam estar sendo dados. Se sofrem os integrantes do MST, sofrem também os proprietários de terras produtivas. Caso semelhante estamos acompanhando em Água Amarela. Ameaças dos dois lados, mas na prática nada de solução. É aquela velha história. Para se ter direito, é necessário também saber respeitar os limites de cada um. É isso, convenhamos não está acontecendo.³⁹

Diversas outras colunas foram escritas pelos jornalistas, mas que, por tratarem sobre os mesmos assuntos, não incluiremos na presente pesquisa para não tornar repetitiva a leitura. Das 81 matérias encontradas sobre o MST, 50 delas, ou 62%,

³⁸ Jornal Sul Brasil, 31/05 e 01/06/2003, p. 4.

³⁹ Jornal Sul Brasil, 16/01/2003, p. 4.

apresentam no título ou corpo do texto palavras desqualificando o movimento. Nessas, eram citados atos violentos, ou seja, era feita uma ligação entre as ações do Movimento e atos de violência. Com o material exposto é possível observar a forma negativa a qual o MST foi representado na maioria das vezes em que é referenciado no veículo de imprensa analisado.

A pesquisa buscou analisar como isso ocorre não apenas na grande mídia nacional, mas também nas mídias regionais. Embora no noticiário o jornal buscava mostrar-se neutro em relação ao movimento, seus colunistas aproveitavam o espaço para, de forma recorrente, falar sobre o Movimento e utilizar termos pejorativos e acusações infundadas, criando assim, no imaginário social uma visão distorcida sobre a causa e pautas do Movimento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou compreender as representações sociais sobre o MST na imprensa chapecoense durante os anos de 2002 e 2003. Para isso, foram analisados todos os editoriais do Jornal Sul Brasil, que circulava diariamente no município de Chapecó. Das 81 matérias encontradas que abordavam o Movimento, 50 delas, ou 62%, continham palavras de conotação negativa para se referir ao mesmo.

Durante esse período, três colunistas escreveram recorrentemente sobre o MST. Na época em que houve a ocupação da Fazenda Seringa, o colunista do jornal era Luiz Perroni Pereira. Perroni, como ele assinava seus textos, não economizava espaço para discorrer sobre o Movimento e sobre a administração municipal, na época governada pelo PT, partido ao qual ele era um crítico severo. Seus longos textos sobre política, geralmente onde ele incluía os assuntos referentes ao MST, muitas vezes chegavam a ocupar mais da metade do espaço disponível para sua coluna. Perroni constantemente acusava a Via Campesina de ser uma organização socialista que buscava fazer uma revolução por meio das suas vertentes distribuídas pelo mundo.

Após a saída de Perroni, em outubro de 2002, quem o substituiu foi Alcebíades Santos. Em sua coluna intitulada “CaixAlta”, o colunista abordou o MST poucas vezes e quando o fez, era de forma mais branda, sem tantas acusações infundadas como era o caso do colunista anterior. Porém, também utilizava o verbo “invadir”, e não “ocupar” para se referir às ações do Movimento, o que indicava sua opinião de que o Movimento atuava na ilegalidade.

Tony Lagos foi o terceiro colunista. Ele e Alcebíades atuaram juntos por alguns meses no jornal. Geralmente suas colunas encontravam-se na página 4, uma posterior a de Alcebíades. Seus textos tinham um perfil semelhante aos de Perroni: fazia críticas ao PT e relacionava o partido ao MST. Diversas vezes utilizou o termo “descontrolados” para caracterizar os membros ou as ações do Movimento.

Em algumas notícias que o MST aparecia como tema central ou secundário também apresentaram juízo de valor. Palavras que remetiam o Movimento à ilegalidade, como “invasão” e “ações ilegais” foram utilizadas pelos redatores do periódico.

Nesse sentido, compreendemos que o Jornal Sul Brasil, às vezes de forma explícita, outras sutis, criou uma representação negativa sobre o MST. Seus discursos contrários

às ações do Movimento manifestavam seu apoio às classes dominantes e visavam deturpar a luta pela terra e a conquista da Reforma Agrária por parte do MST.

Segundo Pedretti Jr et al. (2012)

Numa sociedade midiaticizada, como a contemporânea, o campo midiático aparece como espaço propício à atuação de movimentos sociais. No entanto, a mídia atende a interesses de grupos políticos e sociais dominantes. No caso do MST, suas ações de ocupação de terras e enfrentamento com forças estatais e particulares são “satanizadas” pela mídia brasileira, uma vez que intenta alterar a ordem social vigente no capitalismo, de exploração do trabalho de sujeitos sociais como os camponeses e trabalhadores rurais (PEDRETTI Jr, et al., p. 10-11, 2012).

Concluimos, portanto, que o Jornal Sul Brasil, no período analisado, mostrou-se defensor das classes dominantes. Para isso, buscou difamar a imagem de movimentos sociais, organizações e partidos que tivessem como pauta a Reforma Agrária.

REFERÊNCIAS

- BASTIANI, Tania Mara de. **Trajetórias de lutas e formação agrária no Oeste Catarinense**. Passo Fundo: Acervus, 2021.
- BEGNINI, Sérgio. Grau de desenvolvimento regional dos municípios da mesorregião oeste catarinense: caracterização e classificação. **Interações** (Campo Grande) 17 (4), Out-Dez 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/rGFDFBT3nVNLkhNRSDLtyrr/?lang=pt> Acesso em: 01 abr. 2021.
- BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- CAMILO, Rodrigo Augusto Leão. A teologia da libertação no Brasil: das formulações iniciais de sua doutrina aos novos desafios da atualidade. In: **Seminário de Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais**, 2., 2011, Goiânia, GO. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/253/o/Rodrigo_Augusto_Leao_Camilo.pdf Acesso em: 25 abr. 2021.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim, PRADO, Maria Ligia. **O bravo matutino**. Imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo, São Paulo, Alfa-Omega, 1980.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editora, 1988.
- ELMIR, Cláudio Pereira. Uma aventura com o Última Hora: O jornal e a pesquisa histórica. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 67-90, dez. 2012.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis - RJ: Vozes, 2000.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teoria dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.
- INTERVOZES. **Vozes silenciadas: A cobertura da mídia sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra durante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito**. São Paulo, 2011.
- KRENISKI, Gislania Carla, AGUIAR, Maria do Carmo Pinto. **O jornal como fonte histórica: a representação e o imaginário sobre o "vagabundo" na imprensa brasileira (1989- 1991)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011
- KRILOW, Leticia Sabina Wermeier. **Jornal como fonte e/ou objeto da escrita histórica: proposta metodológica aplicada à análise das representações sobre “o político” na**

“grande imprensa carioca” de 1955 a 1960. **Oficina do Historiador** | v. 12, n. 1. Jan.-Jun. 2019.

LISBOA, Teresa Kleba. **O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do oeste catarinense** - Um novo movimento social. Dissertação de Mestrado, Florianópolis, UFSC, 1987.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo, Contexto, p. 111-153, 2008.

MACEDO, Márcio de. **Ao correr da pena: história e representação dos Kaingang no Jornal A Voz de Chapecó (1939 – 1953)**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. História dos conceitos e conceitos na História: a imprensa como fonte/objeto da história conceitual do político. In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado, BATISTELLA, Alessandro e ANGELI, Douglas Souza. **Capítulos de história política: Fontes, objetos e abordagens**. São Leopoldo: Oikos, 2018.

PEDRETTI Jr, et al. Movimentos Sociais e Mídia no Brasil: Análise do discurso da mídia brasileira sobre o MST. **Territórios em disputa: Os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro**, 21., Uberlândia-MG, 15 a 19 out. 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xxlenga/anais_enga_2012/eixos/1246_1.pdf Acesso em: 20 set. 2021.

POLI, Odilon Luiz. **Aprendendo a andar com as próprias pernas: o processo de mobilização nos movimentos sociais do Oeste Catarinense**. 1995. 370f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/253747>. Acesso em: 29 mar. 2021.

RADIN, José Carlos, CORAZZA, Gentil. **Dicionário histórico-social do Oeste catarinense**. Chapecó: Editora UFFS, 2018.

ROCHA, Douglas Satirio da. O MST no Oeste de Santa Catarina e sua atuação através da imprensa escrita local (1985-1989). **Revista Santa Catarina em História** - Florianópolis - UFSC – Brasil ISSN 1984-3968, v.7, n.2, 2013.

SABADINI, Geanine. **Uma ilha na imprensa brasileira: o olhar do jornal Diário de Notícias (RS) sobre a Revolução Cubana**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de História, Erechim, RS, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SCHERER-WARREN, Ilse, KRISCHKE, Paulo J (Orgs.). **Uma Revolução no Cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina**. São Paulo - SP: Editora Brasiliense, 1987.

SCHWENGBER, Isabela. **Quando o MST é notícia**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008.

SILVA, Carla Luciana Souza da. **VEJA: O indispensável partido neoliberal (1989 a 2002)**. NITERÓI, 2005 (Tese de doutorado) - Programa Interinstitucional de Pós-Graduação em História UFF/UNIOESTE.

SIQUEIRA, Gustavo Henrique de. **Conquistando um pedaço de chão: memórias e experiências dos trabalhadores sem-terra em Abelardo Luz (SC)**. Trabalho de conclusão de curso (UFSC). Florianópolis, 2014.

SOUSA, Li-Chang Shuen Cristina Silva, REIS, Rodrigo Nascimento. Pressupostos teóricos para análise do discurso jornalístico. **Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, vol.2, n.2 p. 88-105, Jul/dez 2015.

STÉDILE, João Pedro (Org.). **A Reforma Agrária e a luta do MST**. Petrópolis - RJ: Vozes, 1997.

TREVISAN, Janaina Gaby. **Nos meandros da colonização chapecoense: a resistência camponesa territorializada no assentamento Dom José Gomes**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Geografia, Chapecó, SC, 2018.

VENANCIO, Giselle Martins. Roger Chartier (1945-) In: PARADA, Maurício (org). **Os Historiadores: Clássicos da História**, vol. 3: de Ricouer a Chartier. – Petrópolis, RJ: Vozes: PUC- Rio, 2014. p. 291-308.

FONTES

JUNIOR, Léo Saballa. **Bolsonaro diz que atos do MST têm de ser tratados como 'terrorismo'**. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/eleicoes/2018/noticia/2018/08/29/bolsonaro-diz-que-atos-do-mst-tem-de-ser-tratados-como-terrorismo.ghtml> Acesso em: 21 abr. 2021.

PASSOS, Nájila. **Os 30 anos de ódio ao MST nas páginas da revista Veja**. Disponível em: <https://mst.org.br/2014/02/20/os-30-anos-de-odio-ao-mst-nas-paginas-da-revista-veja/> Acesso em: 22 abr. 2021.

SAMPAIO, Cristiane. **Lei que pode tachar movimentos como terroristas retorna ao debate**. 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/11/01/lei-que-pode-tachar-movimentos-como-terroristas-retorna-ao-debate/> Acesso em: 21 abr. 2021.

Jornal Sul Brasil

LAGOS, Tony. OS DOIS LADOS DA MOEDA. **Sul Brasil**, Chapecó, 16 jan. 2003.

LAGOS, Tony. COM TERRA. **Sul Brasil**, Chapecó, 02 abr. 2003.

LAGOS, Tony. NINGUÉM SEGURA?. **Sul Brasil**, Chapecó, 23 mai. 2003.

LAGOS, Tony. DESCONTROLADOS. **Sul Brasil**, Chapecó, 31 mai. e 01 jun 2003.

LAGOS, Tony. FORA DE CONTROLE. **Sul Brasil**, Chapecó, 21 jun. 2003.

PEREIRA, Luiz Perroni. CANTEI A PEDRA. **Sul Brasil**, Chapecó, 24 abr. 2002.

PEREIRA, Luiz Perroni. DA INVERSÃO DE VALORES. **Sul Brasil**, 04 mai. e 05 mai. 2002.

PEREIRA, Luiz Perroni. SITIADOS PELA TROPA DO DRESCH E DO POSSOMAI. **Sul Brasil**, Chapecó, 09 mai. 2002.

PEREIRA, Luiz Perroni. A CAPITAL DA DEMOCRACIA. **Sul Brasil**, Chapecó, 22 mai. 2002.

PEREIRA, Luiz Perroni. E POR FALAR.... **Sul Brasil**, Chapecó, 10 jul. 2002.

PEREIRA, Luiz Perroni. AGONIA DE UM GUERREIRO. **Sul Brasil**, Chapecó, 20 jul. e 21 jul. 2002.

SANTOS, Alcebíades. SEM TERRA I. **Sul Brasil**, Chapecó, 28 mai. 2003.

SUL BRASIL. PM alerta sobre aliciamento de adultos e crianças para invasão. Chapecó, 02 mai. 2002.

SUL BRASIL. Jornal Sul Brasil comemora 9 anos, Chapecó, 23 dez. e 24 dez. 2002.

SUL BRASIL Revolta contra ações dos sem-terra mobiliza Faesc. Sul Brasil, Chapecó, 13 set. e 14 set. 2003.

SUL BRASIL. Faesc quer “Paz no campo”. Sul Brasil, Chapecó, 13 set. e 14 set. 2003.